

## **DECLARAÇÃO DE VOTO**

### **Relatório final CPIBPN**

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo de Nacionalização, Gestão e Alienação do Banco Português de Negócios S.A. concluiu o relatório final e submeteu-o a votação no dia 16 de novembro de 2012. O Bloco de Esquerda votou contra o relatório pelas razões que de seguida se expõem.

1. O negócio de venda do BPN ao BIC foi liderado, negociado e concretizado pelo executivo PSD/CDS. O envolvimento direto do Primeiro-ministro registou-se quer na participação em reuniões com a administração do BIC Portugal e presidente do conselho de administração do BIC Angola quer através de contacto telefónico com um ministro do Governo Angolano para que este intercedesse junto dos investidores angolanos para que regressassem à mesa de negociações e concretizassem o negócio. A presidência do conselho de administração do banco BIC Portugal, único candidato selecionado para negociação, era e é exercida pelo ex-ministro da Indústria do governo PSD de Cavaco Silva, o Eng.º Mira Amaral. O envolvimento do Primeiro-ministro prova, de forma inegável, que neste processo de reprivatização houve motivações políticas. O relatório não valoriza politicamente o significado do envolvimento do Primeiro-ministro.
2. Analisado todo o período decorrente entre a nacionalização e a venda, em particular a última fase de negociação e concretização do negócio com o BIC, verificou-se um claro benefício do comprador. O governo assumiu os principais encargos e riscos tornando a operação mais segura e garantida para o comprador. Entre esses benefícios destacam-se:
  - a. Reforço de recapitalização de 600 milhões de euros do BPN para um rácio tier 1 de 16,2%, muito acima do valor imposto a outros bancos;

- b. Segregação de ativos do BPN para as sociedades veículo e permitindo depois ao BIC a seleção dos que entender mais atrativos e rentáveis até ao final de 2012, ficando o Estado responsável pelos restantes;
- c. Garantia de financiamento suplementar através de linhas de crédito da CGD, uma através de papel comercial do BPN garantido pelo Estado no valor de 400 milhões de euros e outra no valor de 300 milhões de euros;
- d. Todos os custos inerentes a litígios decorrentes do processo BPN serão assumidos pelo Estado, incluindo os anteriores à nacionalização;
- e. Todos os trabalhadores do BPN que o BIC não selecionar e que resultarão em despedimentos terão os respetivos custos assumidos pelo Estado;

O relatório não evidencia que houve benefício do BIC na venda do BPN.

- 3. Em várias das audições realizadas com responsáveis do governo e da CGD, o Bloco de Esquerda insistiu na necessidade de esclarecer se teria havido novas avaliações do BPN. Em nenhum momento estes depoentes, incluindo a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, declararam o seu conhecimento sobre uma ferramenta de tamanha importância para um processo de venda, tendo inclusivamente desvalorizado a importância da necessidade de avaliações para definir um valor de venda;
- 4. Surpreendentemente, foram enviadas para a comissão de inquérito duas avaliações realizadas pela Deloitte e Caixa Banco de Investimento com data de julho de 2011, mês em que o governo PSD/CDS decide avançar com a negociação isoladamente com o BIC. Estas avaliações coincidem no valor médio de venda estimado em 100 milhões de euros. O relatório final não destaca a importância destas avaliações, nem a diferença entre os valores estimados e o valor final de venda do BPN ao BIC de 40 milhões de euros. O caráter ruinoso para o Estado e contribuintes é uma marca de todo este processo. No final verificamos que o BPN foi vendido a preço de saldo ao BIC com um desconto de 60%;
- 5. O prazo de 31 de julho é apresentado no relatório como imposto e absolutamente inegociável pela troika. Na realidade a aceitação deste prazo para conclusão da venda resultou num processo acelerado, e precipitado, que prejudicou o vendedor e beneficiou o comprador. Tal como outras condições referidas no memorando assinado com a troika, também esta poderia ter sido negociada e alterada de forma a favorecer a posição negocial do Estado, caso tivesse sido essa a vontade do

governo. A “ditadura” do prazo foi sistematicamente evocada mas não é um argumento razoável perante um processo de reprivatização com a importância da do BPN;

6. O relatório final insiste na inevitabilidade desta venda acelerada, contrapondo com o cenário único alternativo de liquidação. Na realidade, este foi o caminho escolhido porque correspondia à estratégia do governo PS, depois corroborada pelo governo PSD/CDS. A reprivatização da forma como foi realizada, foi uma escolha política. As alternativas, nomeadamente a integração na CGD ou a criação de um banco de fomento, não foram deliberadamente estudadas, garantindo-se assim a hipótese única de venda acelerada. A criação de um banco de fomento está neste momento em estudo pelo atual governo. De modo geral, o relatório assume como seus os argumentos do governo que justificam a sua opção política neste negócio.
7. Os vários meses da comissão de inquérito permitiram também perceber que para além dos beneficiários do período de gangsterismo financeiro que controlou o BPN - administradores, acionistas, alguns clientes e amigos - se revelou nesta fase um novo beneficiário: o BIC. O processo de reprivatização, a negociação e a concretização da venda favoreceram um único candidato, o banco BIC.
8. A comissão reflete no relatório final os custos atuais de todo o processo de nacionalização e de reprivatização. Esse encargo de aproximadamente 3500 milhões de euros poderá ainda subir até um valor de 6500 milhões de euros. Estes valores representam um custo brutal para os contribuintes e são um pesado contributo para o desequilíbrio das contas públicas. Os sacrifícios e a austeridade impostos aos cidadãos são, também, para pagar os custos do processo BPN, pelos quais eles não têm qualquer responsabilidade. A opinião pública tem razão em não compreender nem aceitar a ligeireza e o tom condescendente utilizados no relatório para com grande parte das decisões tomadas pelos anterior e atual governos.

Assembleia da República, 21 de outubro de 2012.

O Deputado do Bloco de Esquerda,

